

## ***O Mundo Que Nós Perdemos: da Solidariedade Pré-Industrial à Economia Solidária***

**Autoria:** Washington José de Souza

### **Resumo**

Laslett (2000), em *The World We Have Lost*, resgata dinâmicas do estilo de vida em período anterior à Revolução Industrial, sintetizando efeitos do surgimento do capitalismo industrial no cotidiano da população britânica até meados do Século XVIII. Existiam duas dinâmicas solidárias: no campo, o cultivo, a colheita e a partilha dos resultados da produção de modo coletivo; em áreas urbanas, artesãos viviam com a família do mestre sob laços de proximidade que independiam de relação consanguínea. Em certo grau, o movimento atual em torno da economia solidária retoma princípios daquele estilo de vida, descontinuado com o advento da Revolução. Parte das iniciativas solidárias correntes – a exemplo daquela narrada por Ferreira (2000) acerca do MST – são, na arena política, conquistas sociais alcançadas pela via de movimentos de resistência e de retomada gradativa de consciência do homem em torno das condições gerais do ambiente e da necessidade de se reconquistar a vida humana associada. De outra forma, conforme aponta Demo (2004), há experiências solidárias que, ao atribuir reduzida atenção à formação política para o confronto com a injustiça e a desigualdade, se destinam tão somente à manifestação de poder e à dominação.

### **1. Introdução**

Este texto sintetiza, sob perspectiva crítico-reflexiva, concepções que subsidiam o debate teórico do construto Gestão Social. Adota como referência o ideal da solidariedade, com o objetivo de discutir fundamentos históricos desse campo da Ciência Administrativa, ampliando conteúdos já sistematizados e suprimindo lacunas identificadas na literatura nacional. Trata-se de resultados de pesquisa histórico-bibliográfica.

Em obra intitulada *The World We Have Lost – O Mundo Que Nós Perdemos* em tradução livre – Laslett (2000) resgata dinâmicas dos estilos de vida e de trabalho em período que antecede o advento da Revolução Industrial, sintetizando efeitos do surgimento do capitalismo industrial no cotidiano da população do Reino Unido entre meados dos séculos XVIII e XIX. Da leitura do autor, merecem destaque duas dinâmicas solidárias, de vida e de trabalho, interrompidas pela Revolução Industrial:

- no campo, o cultivo, a colheita e a partilha dos resultados da produção da terra de modo coletivo;

- em vilas e áreas urbanas, um estilo de vida em que artesãos trabalhavam e viviam com a família do mestre, sob laços de proximidade que independiam de relação consanguínea.

Valores como responsabilidade mútua, dependência coletiva e reciprocidade, naquele momento, estiveram fundados na identidade de interesses entre seres humanos e desses com o espaço natural e o trabalho. Em outras palavras, relações sociais, de trabalho e de interação do homem com a natureza, ocorriam em espaço físico comum, sob valores solidários, sem diferenciação entre o que hoje se denomina de *mundo da vida* e *mundo do trabalho*.

Nos dias atuais, para fazer frente a desigualdades e desafios econômicos e ambientais que perduram, e/ou se ampliam, desde o período da Revolução Industrial, a expressão solidariedade amplamente se difunde no meio social via discursos de intelectuais, de acadêmicos, de políticos e de lideranças da sociedade civil. Há, todavia, entre admiradores e militantes, alguns céticos, que percebem contradições e questionam a difusão da solidariedade em um contexto geral de sociedade que cultua, dentre outros valores, a competição, a competitividade e o individualismo. Assim sendo, tornam-se oportunos tanto o resgate quanto

reflexões em torno de experiências solidárias passadas, sendo este o aspecto em que o presente texto encontra pertinência e importância,

O objetivo central é apontar estratégias de exploração do homem pelo homem e ataques à solidariedade empreendidos pelo capital – em sincronia com o Estado – durante o período da Revolução Industrial, destacando, a partir de fatos históricos ocorridos na origem do capitalismo industrial, incoerências entre valores solidários e interesses capitalistas. Quando em economias capitalistas contemporâneas se expande a Economia Solidária, são válidas reflexões em torno daquele momento histórico de modo que se possa indicar respostas para questões como: que significados a solidariedade assume em economias competitivas, de mercado? Que dimensões solidárias de vida e de trabalho humanos estão esquecidas e inviabilizadas pela competição capitalista? Sob contexto geral de economia concorrencial, que desafios vivenciam idealizadores e militantes da Economia Solidária? Ou, ainda, como *ser solidário* sob padrões sociais competitivos de vida e de trabalho?

Para responder às questões suscitadas, o presente texto retoma, preliminarmente, momentos pré-Revolução Industrial. A partir das crenças, costumes, situações de trabalho e estratégias de resistências empreendidas por trabalhadores, são abordadas mudanças ocorridas na vida solidária que caracterizava os espaços urbano e rural até meados do Século XIX. Na sequência, o texto trata de efeitos da Revolução na organização do trabalho pré-industrial, indicando as origens da solidariedade formal, surgida com o cooperativismo, cujos princípios orientam a economia solidária, objeto da parte subsequente. Na parte final, é enfatizada a importância da formação política para a Economia Solidária, diferentemente de propostas que privilegiam a capacitação técnica para a produção, perspectiva que reduz a solidariedade a processo imbecilizante (DEMO, 2004) e que, portanto, não contribui para a constituição de uma sociedade socialmente justa e legitimamente democrática.

## 2. Tradições medievais: crenças e costumes no Reino Unido pré-Revolução Industrial

Nos Séculos XV e XVI a atividade econômica no Reino Unido concentrava-se na terra, tendo sido esse o espaço de absorção de viajantes de outras partes da Europa, o que fez crescer o fluxo de metais preciosos, elevando preços, estimulando a industrialização e fortalecendo a economia em termos monetários.

As unidades comerciais e industriais típicas, no início do Século XVII, estavam localizadas nos ramos de panificação, têxtil e confecção. A importância da indústria da panificação, por exemplo, como ramo de absorção de mão-de-obra, é assim resgatada por Laslett (2000, p. 1) em fato ocorrido em 1619 quando panificadores de Londres requisitaram às autoridades reajuste no preço do pão: *Há treze ou quatorze pessoas na empresa: o padeiro e sua esposa, quatro empregados pagos, chamados de journeymen, dois aprendizes, duas criadas e três ou quatro crianças do próprio mestre (o padeiro)*. A relevância da panificação, como atividade econômica, incluía o fato de gerar treze ou quatorze postos de trabalho estando o grupo constituído como família, ainda que alguns integrantes não gozassem de relação consanguínea. Famílias constituídas de tal modo mantinham relações pessoais próximas, não como instituição, escritório ou firma. Mesmo assim, não se pode afirmar que esse fosse um mundo desprovido de fábricas e de atividade econômica, lembra Laslett.

A unidade de produção e comercialização estava localizada na casa do mestre, espaço onde as pessoas viviam e trabalhavam como família – a única palavra apropriada para descrever tal grupo. O mestre era o chefe da família. À exceção dos *journeymen*, todos eram obrigados a dormir no local. Os *journeymen* eram homens que costumavam trabalhar em viagens, durante um ou dois anos, para servir, ser treinado e reunir recursos suficientes à montagem do negócio próprio, antes do casamento. Uma vez que optavam pela experiência de

vida adquirida em viagens, os *journeymen* constituíam laços de proximidade com as famílias e as unidades produtivas por curto período de tempo, logo partindo para outro espaço. A estrutura organizacional de referência que dispunham como ambiente para a aprendizagem era, invariavelmente, a família, que, sob a tutela de um mestre, desenvolvia alguma atividade produtiva.

Naquele período, portanto, a organização familiar contemplava não um, mas, três tipos de união: união entre marido e mulher, entre pais e filhos e entre mestre e trabalhadores. À exceção dos *journeymen*, aprendizes e demais trabalhadores eram crianças, adotadas pelo mestre como filhos ou filhas, para os quais fornecia educação, vestuário e alimentação. De acordo com Laslett (2000), em 1697, John Locke registrou que crianças pobres deviam desenvolver algum tipo de trabalho pago, parte do dia, tão logo alcançassem três anos de idade. Por essa razão, Laslett destaca que, à indústria moderna, surgida poucos anos mais tarde, não podem ser imputados os malefícios da opressão e da exploração econômica, pois, esses já estavam lá.

A ordem estabelecida era aceita como estável, de mudança improvável. A despeito de relações de subordinação e de exploração, na sociedade anterior à Revolução Industrial todos pertenciam a um grupo familiar, com círculos de afeições particulares. Mesmo as unidades familiares de treze ou quatorze pessoas, que formavam unidades de produção de treze ou quatorze pessoas (excetuadas as crianças incapacitadas para o trabalho), eram grandes em quantidade de membros na Inglaterra do início do Século XVIII. Escasso número de pessoas participava de grupos além do grupo familiar e era ínfima a quantidade de famílias superiores a doze membros.

Havia diferença, em escala e organização, entre o campo e áreas urbanas. As necessidades rurais requeriam recorrentes agrupamentos de famílias para propósitos econômicos comuns, algumas vezes similares à aglomeração de homens, mulheres e crianças trabalhando conjuntamente. O camponês bem-sucedido costumava, da mesma forma que o artesão urbano, captar homens e mulheres jovens e crianças para viver e trabalhar com ele e a família no campo. Não raro, o camponês preferia encaminhar a criança própria como trabalhador, por volta dos 10 anos de idade, e captar uma outra em substituição, evitando, assim, submeter o filho ou filha à disciplina do trabalho em casa.

Garotos e homens lavravam, edificavam e transportavam mercadorias. Garotas e mulheres mantinham a casa, preparavam comida, fabricavam queijo, manteiga e pão e tomavam conta do gado. O trabalhador do campo, ao casar, passava a dispor de um criado e um pedaço de terra para cultivar. Nenhum padrão encontrado naquele tempo contemplou qualquer tipo de divisão entre o espaço de vida e o espaço de trabalho. Mesmo o trabalhador-diarista, visitando a família pela primeira vez, sentava-se à mesa e compartilhava da intimidade familiar pelo curto espaço de tempo que com ela permanecesse. Homens e mulheres cuja vida estava relacionada à oficina artesanal, à agricultura ou qualquer outra atividade, viviam sob o mesmo sistema de servidão até o casamento.

Segundo Laslett (2000), o cultivo comum, em campos abertos, reunia famílias no trabalho cooperativo, tendo sido esses estilos de vida e de economia em comunidade completamente destruídos após as invenções técnicas e transformações ocorridas a partir de meados do Século XVIII. No início, as regiões campesinas forneceram suporte à indústria de transformação, pela via do provimento de fio demandado, como matéria-prima, por fabricantes de tecidos. Assim, a atividade industrial deslanchou, não apenas por iniciativas individuais, como nos casos do desenvolvimento de unidades de panificação, mas a partir do intercâmbio campo-cidade, fenômeno que seduziu famílias ao trabalho pago junto a prósperos fabricantes em zonas urbanas. Relações capitalistas apareceram a partir de uma característica desse sistema: armazenagem de matéria-prima e produção de tecidos por prósperos

fabricantes que, por um lado, gerou emprego no campo e, por outro, atraiu trabalhadores para a cidade.

É fato que, conforme declara Laslett (2000), no *Mundo que Nós Perdemos* (*The World we have lost*) havia uma perfeita simetria entre indústria e agricultura, ao passo que a unidade familiar não sofria qualquer tipo de ameaça. No Manifesto Comunista, Marx & Engels (1973) declaram que a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas, afastando a família da veia sentimental e reduzindo a relação familiar a relações de dinheiro. Tal entendimento é compartilhado por Laslett, para quem, qualquer que fosse o volume de trabalho pago e o dinheiro ganho, ou ainda, qualquer que fosse o grau de proximidade com a miséria e a fome, as pessoas viviam dentro da família, em torno de círculos de afeição, suficientemente livres das inquietações trazidas pelo progresso industrial que ocorre na seqüência.

A fábrica surgiu produzindo volumes superiores ao trabalho tradicional em família e, mediante a redução de preços, inviabilizando a produção e a comercialização de mercadorias advindas do sistema familiar. Os preços alcançaram tal ponto que restou, ao artesão e camponês, como única estratégia de sobrevivência, a opção de aderir ao trabalho fabril, sob disciplina do capitalista. A sociedade britânica foi, assim, a primeira a forçar homens e mulheres à tentativa simultânea de venda da força de trabalho e de busca de moradia própria em outro espaço físico, no instante em que o trabalho em família e a produção familiar não mais eram viáveis.

Todavia, de acordo com Laslett, Marx e seguidores estão equivocados ao considerar esse processo exclusivamente pela ótica do *trunfo do capitalismo*, pois o capitalismo não começa no instante em que o trabalho familiar é ameaçado pelo sistema fabril e nem a desigualdade econômica é fruto da transformação social subsequente. Na análise do autor, embora a proliferação de riquezas tenha enfatizado desigualdades da divisão de classe entre ricos e pobres, como consequência do novo contexto industrial e comercial, dúvidas permanecem, uma vez que a Inglaterra Vitoriana não foi pior, no aspecto econômico, que a Inglaterra dos Tudors e Stuarts. Desta forma, não teriam sido o capitalismo e a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos, reduzindo os demais à posição de dependência, fatores desencadeadores das diferenças sociais e rematadoras do *mundo que nós perdemos*. Precisão ocorre quando se pontua que o elemento de transformação mais acentuada no *mundo que nós perdemos* foi o padrão de vida familiar trazido pela industrialização.

Na demarcação da passagem da era pré-industrial para a era industrial, portanto, Laslett concede papel especial às transformações ocorridas na função e estrutura da família, ao passo que Marx e seguidores atribuem maior importância ao surgimento de unidades de produção industrial em larga escala e aos desdobramentos daí decorrentes. Não é tarefa simples identificar o fator desencadeador da mudança ocorrida. É fato, todavia, que a expansão das atividades produtivas no campo e na cidade, aliada ao incremento na circulação de mercadorias entre ambos, estimulou o aparecimento de instituições financeiras e de crédito. Com a criação do *Bank of England*, em 1694, relações capitalistas foram incrementadas, fazendo surgir novos tipos de empreendedor e de empreendimento.

Não é possível precisar o aparecimento da fábrica uma vez que processos rudimentares de fabricação ocorreram durante o período pré-industrial sugerindo que atividades fabris existiram antes da chegada da indústria moderna. Iniciativas de emprego de engenhos mecânicos, próximas à forma de organização social e econômica de natureza industrial, ocorreram antes da Revolução Industrial incluindo, dentre outras atividades, a mineração, a construção civil, a construção naval e a extração de sal. Assim, no período que antecede a Revolução Industrial, unidades de trabalho coletivo aplicavam, de alguma maneira, princípios de gestão como planejamento, coordenação, direção, disciplina e ordem.

Não apenas pioneirismos na aplicação de princípios convencionais de gestão estiveram presentes naquele período, mas, simultaneamente, outros elementos vinculados a tendências contemporâneas. Laslett (2000) retoma experiência desenvolvida por Ambrose Crowley, em Winlaton, para ilustrar que por volta de 1691 a fundição de propriedade desse empreendedor empregava uma centena de homens e aplicava estratégias de organização da produção que incluía o trabalho em casa, mantendo o trabalhador em condições psicofísicas de trabalho que prevaleciam desde a origem da História. Sob tais condições, o problema da disciplina envolvia tanto a necessidade de manutenção da ordem quanto de coordenação de pessoas, além da movimentação física de mercadorias, uma vez que não se tratava de uma unidade, mas de unidades de produção espacialmente descentralizadas.

Ao pioneirismo dos Crowleys, porém, incidiram resistências, mas, não similar ao *luddismo*, movimento ocorrido mais tarde e que conduziu à quebra de máquinas industriais. A resistência, no caso dos Crowleys, foi concentrada na relutância para acatar tal natureza de organização, completamente estranha à ordem social predominante, no tocante à forma como as pessoas deveriam dispor suas vidas, uma vez que apareceu germinando sentimentos de alienação do trabalhador em relação ao trabalho e rescindindo as relações e experiências emocionais do sistema de produção familiar (LASLETT, 2000).

A vida do homem comum no Reino Unido, no período que antecede a Revolução Industrial, foi mantida a partir de diferentes fontes de recursos advindas de uma variedade de atividades. A perspectiva econômica prevalecente situava-se no trabalho extensivo e não intensivo. Especialmente em virtude do cultivo de terras comuns, as pessoas construía redes de cooperação no intuito de obter o sustento. Mesmo em lugares onde não existiam terras comuns, as pessoas preservavam pequenas áreas cultiváveis com batata, repolho, ervilha e feijão. Os camponeses criavam porcos, gado e aves domésticas, destinando parte do cultivo e da área cultivada à criação. Alguns poucos negociavam a produção excedente.

Para a maioria das famílias que não detinha posses, o principal objetivo dos pais situava-se na busca de alguma posição de trabalho. Contudo, apenas pequena parte conseguia posição de aprendiz fora do círculo familiar. Tal fato, segundo Malcolmson (1981), estava relacionado, não à ausência de oportunidade, mas, principalmente, à rejeição à atividade de transformação em um modelo social concentrado na agricultura. Para o mestre de oficina, todavia, não faltavam aprendizes. As crianças pobres que permaneciam nas pequenas comunidades eram, quando garotos, iniciados na agricultura e, quando garotas, no serviço doméstico visando à preparação para o casamento. A condição geral de vida até meados do Século XVIII é sintetizada por Malcolmson como dura, perigosa e doentia, representando sofrimento e incertezas para as famílias.

A economia familiar estava fundada no princípio de que o sustento de todos dependia das contribuições produtivas de cada um dos membros. A mulher foi sempre uma trabalhadora – na verdade, registra Malcolmson, o casamento representava uma parceria econômica – ao passo que as crianças eram expostas ao trabalho desde cedo. A atividade doméstica envolvia, além do trabalho convencional, uma série de tarefas tais como fiação, tricô, crochê, corte e costura, fabricação de rede de pesca, dentre outras. Trabalhos leves e simples, tais como encher bobinas e cobrir botões, eram ensinados às garotas desde os seis anos de idade o que as tornava hábeis artesãs na fase adulta.

Uma vez restrito o entendimento a respeito dos processos naturais, para parte da população era recurso válido explicar moléstias, doenças, acidentes, mortes prematuras, quebras de colheita e mudanças climáticas a partir do sobrenatural. O universo era tomado como mistério ao passo que a teologia da religião ortodoxa contribuía para a difusão do misticismo e da idéia de pecado.

Outra fatia da população ignorava completamente ditames Cristãos e religiosos de forma que, conforme descreve Malcolmson, a explicação através da magia prevalecia.

Diferentemente da religião, e na condição de componente vital da cultura plebéia da época, a magia apareceu, de acordo com Thomas (1971) em *Religion and the Decline of Magic: studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century in England*, como um amplo sistema de crenças, colecionando receitas miraculosas, sem compor um articulado corpo doutrinário e uma compreensiva visão de mundo, sem explicar a existência humana, e, ainda, sem promessa de vida futura. Superstições, práticas de feitiçarias e rituais de magia negra, de cura e de adivinhação e previsão do futuro foram alguns dos instrumentos empregados por parte da classe plebéia. As previsões de futuro envolviam, especialmente, casamento, número de filhos e sexo, idade provável de morte e trabalho.

Na cultura popular, religião e magia possuíam similaridades, pois, ambos atribuíam poder e propunham a superação de dificuldades da vida a partir do sobrenatural. Mesmo entre adeptos da religião, a filiação ocorria mesmo como consequência da crença na doutrina e muito mais pela esperança e fé nos rituais e cerimônias.

Em síntese, compunham a identidade e a cultura popular os seguintes fatos: a sabedoria era passada de pais para filhos e não pela via da aprendizagem em livros; as experiências passadas orientavam o presente e o futuro; o povo estava interessado em assegurar a continuidade da vida, não pela inovação, e sim pela preservação dos padrões tradicionais. A despeito das adversidades – ou em virtude delas – a recreação, sob várias formas, integrou a cultura plebéia, acompanhada da necessidade de trabalho. As festividades representavam momentos de liberdade, aliviando pressões e a monotonia. Brincadeira, jogos e bebedeiras proporcionavam uma realidade alternativa à dureza do trabalho e do cotidiano.

Dentre os costumes e direitos encontravam-se o de plantar e colher nos campos e o de coletar madeira combustível, as festas rurais sob patrocínios, o direito de solicitar e obter dações para período de férias anuais e a prática esportiva em determinados períodos do ano. Uma prática comum entre os plebeus – não observada entre burgueses – foi a de um particular ritual em que esposas eram trazidas por seus maridos para o mercado local, com uma espécie de rédia no pescoço ou cintura, sendo colocada publicamente à venda. O negócio ocorria sob a forma de leilão, ficando o marido responsável para divulgar algumas recomendações da mulher antes de convocar os lances. Em curto espaço de tempo, a mulher era vendida para o homem que tivesse apresentado a melhor proposta.

De acordo com Malcolmson (1981), tal exibição não pode ser tomada como brutal e desprovida de sentimentos, pois, quando tal situação ocorria, o casamento já estava destruído e a separação já teria ocorrido de fato. Além disso, a exibição pública ocorria com o consentimento da mulher, e não contra a sua vontade, servindo de instrumento para selar o divórcio. Igualmente relacionado ao cotidiano matrimonial, estava o costume da gravidez antes do casamento. Estima-se que aproximadamente 1/3 das mulheres da Inglaterra, durante o Século XVIII, estavam grávidas no dia do casamento como prova de fidelidade ao noivo.

Os costumes envolviam, ainda, práticas hostis àqueles indivíduos que demonstrassem comportamentos julgados injustos ou incorretos. Parte significativa da classe plebéia conhecia os padrões de comportamento e de conduta moral e, em caso de não observância, os sujeitos transgressores se tornavam alvo de manifestações públicas de indignação, pois os costumes eram fontes de disciplina e regulação moral na sociedade. A vida em sociedade demanda normas, controles, conformidades e obediência e, no caso da classe plebéia inglesa do Século XVIII, tais metas foram alcançadas pela via das redes de relação social.

Costumes, crenças e identidade da classe plebéia surgiram das relações com os pares, e não com a elite e governantes. A cultura popular foi, assim, por longo período de tempo, significativamente diferente da cultura compartilhada pela burguesia. Embora mantida tal distância, a vida da população pobre foi afetada pelo poder de magistrados, governantes e proprietários de terra. Esperava-se que o homem comum conhecesse o seu lugar e agisse com

deferência junto aos superiores, dentro de certa resignação. Não se tratava, todavia, de vida sob consenso, pois, várias eram as estratégias de resistência da classe popular.

### 3. Bases históricas da solidariedade formal

De acordo com Engels (1969), no início do Século XVIII a combinação de uma série de fatores havia contribuído para um progresso artificial da agricultura. Em virtude de batalhas contra a França de Napoleão e necessidade de equipar tropas britânicas na Espanha, o Reino Unido havia incrementado o volume dos negócios internos e o recrutamento de homens para as forças armadas. Mais tarde, o abrandamento dessas atividades bélicas provocou cortes no contingente militar e abriu as possibilidades para transações internacionais. O excedente de mão-obra no mercado de trabalho aliado ao crescimento do consumo interno, contudo, provocou uma situação em que os fazendeiros obtinham preços baixos no comércio interno, pagando salários ínfimos.

Desde então, nos períodos em que ocorria a redução da oferta de produtos básicos, os distúrbios tomavam lugar a partir do consumidor. Nos momentos em que os preços caíam em conseqüência, por exemplo, de melhoria de safras, movimentos de resistência partiam do produtor, retendo produção nas fazendas de forma a alcançar valores atrativos para as mercadorias.

Sob tal cenário, ao agricultor interessava a exportação de mercadorias e a obtenção de preços mais elevados no exterior. Por isso, parte dos distúrbios populares teve a deliberada intenção de evitar a exportação de grãos para o mercado externo nos momentos em que a demanda interna não estava satisfeita (MALCOLMSON, 1981).

Em meio a movimentos de escassez ou abundância na oferta de produtos agrícolas e de protestos de consumidores ou de produtores, o Parlamento instituiu várias versões de um conjunto de leis denominadas de *Corn Laws*. De acordo com Jackman (1965), as primeiras *Corn Laws* ocorreram durante o Reinado de Charles II e continuaram a ser editadas, sob várias formas, até 1815. A última *Corn Law*, que vigorou até 1845, teve o intuito de regular os preços dos grãos no mercado interno, preservando os ganhos dos proprietários de terra. Nessa última versão, grãos não poderiam ser importados até que determinado preço no mercado interno fosse alcançado.

Em 1839, uma liga anti-*Corn Law* foi estabelecida em Manchester sob a forma de cruzada contra privilégios da oligarquia. O movimento continuou atuante até que, em 1845, uma significativa quebra de safra na Irlanda causou protestos de uma fome, sensibilizando o Primeiro-Ministro Robert Peel que encaminhou matéria solicitando a revogação da Lei. Peel (1788-1850), vinculado ao Partido Conservador, foi Chefe de Estado entre 1841 e 1846 e, com suporte de liberais, assegurou a revogação das *Corn Laws* em 1846.

A resistência popular pela garantia de direitos envolveu movimentos de trabalhadores industriais e mineradores – principalmente por salários e regulação da jornada – visando à definição de padrões mínimos de subsistência. Se havia o ideal de um *preço justo máximo* para a comida – satisfatório para produtor e consumidor – igualmente se falava em um *salário mínimo justo*, suficiente para viabilizar o nível de consumo imprescindível à satisfação das necessidades humanas básicas (MALCOLMSON, 1981), e se discutia abusos e limites dos padrões em torno das condições de trabalho (ENGELS, 1969).

A partir de 1796 a rejeição pública ao sistema fabril, conforme retrata Engels, encontrou vigorosa expressão através de Thomas Percival e Sir Robert Peel (pai do Primeiro-Ministro homônimo que promoveu a anulação das *Corn Laws*). Percival (1740-1804) foi cientista em Manchester, médico e filantropo.

Em virtude da riqueza que acumulou como maior industrial têxtil de sua época, Sir Robert Peel (1750-1830) tornou-se membro do Parlamento, reconhecido como representante da classe industrial (HOBSBAWM, 1999). Foi o primeiro dignitário do título de Barão no Reino Unido, em 1800 e exerceu a função de Ministro do Parlamento entre 1790 e 1818. Em 1783, aos 33 anos de idade, em Blackburn, tornou-se sócio do pai, e, ao assumir o controle dos negócios, implementou uma série de inovações na gestão da empresa. Temendo a reação dos trabalhadores, transferiu os negócios para Tamworth e recrutou mão-de-obra infantil dos asilos para crianças em Londres, chegando a empregar um número superior a 15.000 trabalhadores.

Após fazer fortuna explorando o trabalho infantil, Peel assumiu outra posição. Embora não se possa precisar a razão, é possível conjecturar que ambições políticas influenciaram o industrial à mudança de postura. Da condição de empregador de mão-de-obra infantil passou a crítico da forma como os seus pares tratavam as crianças trabalhadoras. Na intenção de prover as fábricas com mão-de-obra adulta habilitada, Peel defendeu restrições ao trabalho infantil mediante leis, o que culminou com a apresentação, aprovada pelo Parlamento em 1802, do *The Factory Health and Morals Act*, o primeiro do gênero na história britânica. O Ato sugeria, dentre outras medidas:

- a) o suprimento de dois conjuntos completos de roupas adequadas, meias, chapéus e sapatos a todos os aprendizes;
- b) a redução da jornada diária de trabalho das crianças para 12 horas ao dia, não começando antes das 6 da manhã e nem se estendendo depois das 9 da noite;
- c) a instrução durante todos os dias de trabalho, nos quatro primeiros anos de treinamento, em leitura, escrita e aritmética;
- d) a destinação de alojamentos separados para garotos e garotas aprendizes;
- e) um limite de não mais que duas crianças por cada cama de dormir;
- f) a instrução, aos domingos, em princípios da religião Cristã.

A Lei foi direcionada exclusivamente para as fábricas têxteis, que processavam algodão e lã, e, dentre essas, àquelas que empregavam menos que 3 aprendizes e 20 trabalhadores adultos. Como consequência, o número de crianças nas fábricas diminuiu e a idade em que começavam a trabalhar aumentou um pouco. Número reduzido de crianças, com menos de 8 ou 9 anos de idade, encontravam-se empregadas desde então (ENGELS, 1969).

Mais tarde, o Estado foi convocado, seguidas vezes, para regular as relações capital-trabalho, instituindo direitos e garantindo padrões mínimos de condições de vida do trabalhador frente à ganância dos capitalistas. Em 1817, Robert Owen contou com o apoio de pares industriários, como Sir Robert Peel, e de outros filantropos, nas denúncias relativas às precárias condições de vida do operariado, assegurando o movimento de instituição dos *Factory Acts* de 1819, 1825 e 1831. A Lei de 1819 proibiu o emprego de crianças com menos de 9 anos de idade e o trabalho noturno para crianças e jovens abaixo dos 16 anos. Uma jornada de 12 horas diárias foi instituída para ambos. A Lei de 1825 encurtou a jornada diária dos jovens em meia hora. Entretanto, sentencia Engels, nenhuma medida de inspeção foi instituída, e assim, violações ocorreram em demasia.

A Lei de 1831, observada em maior amplitude, determinou que nas fábricas têxteis nenhum jovem abaixo dos 21 anos de idade deveria ser empregado entre 7 e meia da noite e 5 e meia da manhã. Além disso, os jovens com idade inferior a 18 anos deveriam trabalhar em jornada não superior a 12 horas diárias e 9 horas aos sábados. O progresso, contudo, foi reduzido, pois, de acordo com Engels, os trabalhadores não podiam depor contra os mestres sem que fossem responsabilizados.

Dentre os movimentos de resistência de trabalhadores no espaço do trabalho, o mais precoce, rude e frutífero, de acordo com Engels (1969), foi o crime, cometido em caráter individual. O trabalhador, condenado à pobreza, deseja e via que outros se encontravam em

situação melhor que ele. Não estava claro, na mente daqueles que viviam do trabalho, os motivos por que teriam que sofrer e viver em situação pior que os ricos ociosos. No intuito de conquistar respeito, o trabalhador cometeu furto, cuja quantidade cresceu à medida que a manufatura se expandiu. Mas, essa estratégia *primitiva de protesto* não se tornou universal.

Nos primeiros instantes da Revolução, destaques são concedidos às greves de tecelões em Somerset e Wiltshire, entre 1726 e 1727, e em Bristol, em 1729, e de mineradores em Durham entre 1730 e 1731 e em Kingswood Forest, em 1738. Os movimentos ocorreram tanto para evitar a redução de salários quanto para rejeitar o pagamento sob a forma de permuta de dinheiro por mercadoria. As ações de tecelões em Gloucester pela definição de valores salariais satisfatórios, entre 1756 e 1757, redundaram em uma petição à Casa dos Comuns do Parlamento em que os trabalhadores questionavam a arbitrariedade dos patrões e solicitavam a intervenção do poder público (MALCOLMSON, 1981).

Engels (1969) registra que Arkwright, industrial pioneiro no ramo têxtil, foi perseguido por movimento de quebra de máquinas. Mais tarde, a partir do início do Século XIX, várias revoltas ocorreram contra máquinas e instalações industriais. Essa estratégia de protesto ocorreu de forma isolada, restrita a determinadas localidades. Em Glasgow, um movimento grevista de tecelões, ocorrido em 1812, foi motivado pela associação secreta de trabalhadores. Movimento similar ocorreu dez anos mais tarde e, nessa ocasião, em virtude da não adesão à associação, dois trabalhadores receberam ataques de colegas sob a acusação de traição à classe. Ambos perderam a visão em consequência dos ataques.

Em 1818, uma associação de mineradores na Escócia teve poder suficiente para conduzir greve geral. Essa, como outras associações da época, possuía registro regular, tesouraria, contabilidade e sede e exigia dos participantes a manutenção de sigilo sob juramento, o que, de acordo com Engels, aleijou o crescimento da organização.

O conjunto dos movimentos coletivos de trabalhadores não teve caráter revolucionário e sequer foi motivado por grandes ambições. Funcionou, sim, como expressão da resistência popular, inclusive contra restrições à liberdade individual impostas pelo poder estabelecido em prol da classe burguesa. Malcolmson conclui que as iniciativas do Estado, ao longo do Século XVIII, pouco ofereceram ao povo trabalhador. De fato, o Estado tratou o povo com suspeição e hostilidade.

Não poderia ser outro o papel a desempenhar naquele instante em que o capitalismo industrial se constituía. O grau da atividade capitalista em qualquer sociedade é definido pela interseção de dois conjuntos de elementos:

a) espaço conduzido pela sociedade, quantidade de pessoas e volume de riqueza proporcionado por dado estágio tecnológico;

b) grau de autonomia que o Estado concede à atividade econômica, pois, quanto mais o Estado empreende medidas de regulamentação, recolhendo e distribuindo excedentes, menor será o interesse de investimentos por parte de capitalistas.

Além de protelar a intervenção para regulamentar as relações de trabalho, anterior à fase da aceleração da atividade industrial o Estado britânico empreendeu outras medidas importantes: as demarcações de terras, supridoras de direitos comuns, tomados como patrimônio dos plebeus. Na verdade, os primeiros cercamentos de terra datam de período anterior ao Século XVIII. Todavia, de acordo com Mingay (1963), o cercamento em período anterior à Revolução Industrial ocorria mediante acordos entre partes interessadas, geralmente fazendeiros maiores propensos ao desenvolvimento ou ampliação do cultivo de terras privadamente, adquirindo terras de camponeses menores.

Os cercamentos significaram a abolição do sistema de cultivo de campos abertos comuns o que, para Mingay, facilitou a adoção de métodos mais eficientes de produção e o plantio pleno em terras que se encontravam abarrotadas e precariamente mantidas. Tais medidas ampliaram a área de cultivo e os resultados econômicos por hectare. Na segunda

metade do Século XVIII, os cercamentos e as mudanças a eles atreladas alimentaram o crescimento populacional e o suprimento de matérias-primas para a indústria emergente. Advoga o autor que, apesar de pesquisas recentes apontarem que as vantagens econômicas e os efeitos sociais dos cercamentos têm sido superestimados por historiadores, é fato que o fenômeno produziu vitais e inevitáveis transformações na estrutura institucional da fazenda inglesa, especialmente entre 1760 e 1815 quando, pela via de Ato parlamentar, foram incrementados passos que vinham ocorrendo desde a Idade Média. A aceleração do cercamento a partir de meados do Século XVIII é explicada pelo rápido crescimento da demanda e pelo crescimento sustentando dos preços agrícolas após 1760.

Para Mingay, os cercamentos não ocorreram por iniciativa de capitalistas, significando a queda de pequenos produtores frente a proprietários de terras. Nem todos os pequenos produtores teriam sido contra e muitos campos permaneceram abertos durante o Século XIX. O impacto dos cercamentos no tamanho das fazendas também não foi significativo e sequer chegou a causar o desaparecimento das pequenas propriedades, provocando, apenas, a redução na quantidade.

Ao defender que o declínio da pequena fazenda livre foi muito mais marcante antes dos cercamentos via Ato do Parlamento, Mingay conclui que não teria sido o cercamento fator preponderante no surgimento de trabalhadores sem-terra e de desempregados, e, sim, o crescimento populacional a taxas superiores ao desenvolvimento das atividades no campo e à capacidade de absorção de mão-de-obra na agricultura. Não é essa, contudo, a posição assumida por Tonybee (1894), quando afirma que, ao lado dos cercamentos de terras de cultivo comum e da consolidação das fazendas, outros cercamentos, como aqueles de terras ociosas, contribuíram para o crescimento da pobreza durante o Século XVIII. Além de ter ocasionado ociosidade para o campestino que não detinha outra ocupação, os cercamentos afetaram trabalhadores regularmente empregados em outras atividades, para os quais a terra comum representava fonte de renda complementar.

Para Engels (1969), movimento inverso teria igualmente ocorrido. O fenômeno do esfacelamento das relações patriarcais entre mestres e homens, trazidas pela manufatura em áreas urbanas, alcançou a agricultura, transformando o campestino em diarista a ser empregado unicamente quando necessitado por fazendeiros. Desde então, o homem do campo não encontrou trabalho por semanas seguidas, principalmente durante o inverno. Nos tempos das relações patriarcais, homens constituíam famílias e viviam do plantio no campo, espaço onde as crianças cresciam Diaristas, em tal contexto, era exceção, e não regra.

Com o cercamento de terras, o direito de acesso e uso comum do solo foi subtraído dos pobres em benefício da propriedade privada. A demarcação rompeu com o costume do cultivo cooperativo e provocou o abandono das terras por parte dos habitantes do campo. As amplas áreas de campo, cultivadas coletivamente, foram violadas, restando aos camponeses restritas áreas cercadas, pequenas fatias de terra para cultivo individual. Os cercamentos marcaram, por um lado, a incursão dos *landlords* no campo – na qualidade de proprietários de terras e representantes da burguesia – e, por outro, a evasão de mão-de-obra da zona rural para a cidade, o que fez crescer a oferta de trabalho e, conseqüentemente, reduzir valores de salários. Esse é um momento marcante na história da evolução das relações capitalistas, tanto por implementar o capitalismo no campo, em sintonia com a oferta de mão-de-obra para o capitalismo industrial na cidade, quanto pelo fato de ter afetado profundamente a natureza das relações familiares e sociais prevaletentes até meados do Século XVIII.

A literatura relativa às mudanças e desdobramentos dos cercamentos é polêmica, constituindo matéria de debate. É fato, contudo, conforme registra Laslett (2000), que no campo aberto, o cultivo, dentre outras operações, ocorria de forma cooperativa e tal costume continuou mesmo após o início dos cercamentos. Não seria possível, de acordo com o autor, precisar a importância desse elemento na vida da comunidade rural britânica ou os efeitos dos

cercamentos no campo. Independentemente das interpretações possíveis relativas aos efeitos dos cercamentos, é razoável concordar com Laslett no tocante ao fato de que as transformações econômicas nos Séculos XVIII e XIX destruíram a vida comunitária. Por isso, assevera o autor que a *vida comunitária* se constitui o elo abandonado no *mundo que nós perdemos*.

É, pois, com o intuito de reencontrar esse elo perdido – a vida integrada e solidária entre homem e natureza – que a Gestão Social se volta, em meio à difusão de diversas formas de iniciativas solidárias no mundo contemporâneo. Se a Revolução Industrial não alteou o conteúdo de exploração do homem pelo homem, que está presente em outros períodos da História da humanidade, ela trouxe, todavia, mudanças consideráveis nos seguintes aspectos:

a) rupturas na sintonia trabalho-espço familiar e em relacionamentos e laços afetivos predominantes nos três tipos de sociedade identificados por Laslett;

b) descontinuidade dos pequenos grupos de treze ou quatorze pessoas que viviam e trabalhavam como família no campo e em áreas urbanas;

c) instituição de uma série de transformações no cenário econômico-social, intensificando processos de exploração e de concentração dos meios de produção e de riqueza.

Assim sendo, com a Revolução Industrial a *solidariedade natural* foi interrompida, dando lugar a dinâmicas de concorrência e competição. Em meio às transformações e contradições que se operavam, uma iniciativa inovadora de retomada ao trabalho solidário ocorreu pela via da resistência da classe trabalhadora aos processos de exploração em curso. Trata-se do cooperativismo que, sem o propósito de romper com a ordem sócio-econômica que se desenhava, passou a cultivar um outro tipo de *solidariedade formal*, de cunho organizacional. O cooperativismo é adotado como a gênese da *solidariedade organizacional*, pois, de acordo com Singer (2000, p. 13), a *unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção*, que congrega princípios como a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática, a repartição da receita líquida e a destinação do excedente anual, denominado de sobras, entre os cooperados.

#### 4. Dimensões e dilemas da Economia Solidária em uma economia de mercado

A *economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução* (Singer, 2000, p. 13). Por essa razão, as bases ideológicas desse segmento econômico surgiram no Século XVIII e XIX, em sincronia com a Revolução Industrial, tendo como base o chamado *socialismo utópico*. Destacam-se como socialistas utópicos Owen, Saint-Simon e Fourier, cujos ideais foram objeto de crítica de Engels (1920) e de Marx (1976).

Para Singer ((2000, p.13)), a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição de mercadorias, alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram, ou temem ficar, marginalizados do mercado de trabalho. À primeira vista, o modo solidário parece um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas, anuncia o autor:

*Na realidade, ele se constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa (sic!) ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação;*

*repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.*

Os empreendimentos solidários, que não se constituem propriamente empresas – termo mais adequado a organizações privadas capitalistas ou propriedades coletivas em regime de co-gestão – adotam, pois, componentes que se contrapõem à dinâmica capitalista de produção, quais sejam:

- propriedade coletiva, com organização econômica originada da livre associação de trabalhadores e não de capitalistas;
- gestão democrática fundada em princípios da autogestão, via não distinção entre propriedade, trabalho e administração;
- repartição do excedente econômico – denominado de sobras e não de lucro, como é o caso das empresas capitalistas – e destinação de recursos para a constituição de fundos segundo critérios definidos democraticamente.

A atividade coletiva na Economia Solidária envolve, assim, uma racionalidade produtiva em que a solidariedade se converte em sustentáculo do empreendimento, aglutinando indivíduos em torno das dimensões:

- econômica, quando excluídos do mercado de trabalho, trabalhadores buscam, como estratégia de sobrevivência, viabilidade para atividade produtiva e/ou de consumo pela via da cooperação;
- social, quando trabalhadores comungam o princípio da união de forças como valor humano, organizando-se para a convivência e a constituição de novos laços e relacionamentos intersubjetivos sob intermediação de atividade produtiva;
- política, quando movidos pela força da convicção, trabalhadores rejeitam a dinâmica de exploração, inerente ao mercado de trabalho capitalista, passando a adotar a cooperação como ideologia e modo de vida, sob autogestão de atividade produtiva coletiva.

É fato que, na América Latina, a economia solidária tem origem no desemprego e na precarização do trabalho, envolvendo a ação pela preservação e criação de postos de trabalho, inclusive no campo, via luta pela reforma agrária (SINGER, 2004). Ainda que predominante, a dimensão econômica não é exclusiva, pois, é válido lembrar o viés político que orienta parte dos empreendimentos econômicos solidários, a exemplo das organizações cooperativas e associativas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Sob qualquer circunstância, todavia, a economia solidária exige dos empreendedores formação política para o exercício da solidariedade, diferentemente de outras organizações sociais em que predominam a caridade e/ou a filantropia. A caridade, presente em trabalhos de assistência social, freqüentemente desenvolvida por religiosos, significa benevolência, complacência, compaixão. Para cristãos, é uma das virtudes religiosas, ao lado da fé e da esperança. Como ato Cristão, a caridade envolve doação de pessoas de *bom coração e fé* para necessitados, sob a tutela de organizações de trabalho voluntário e de assistência a populações marginalizadas em creches e abrigos, dentre outras, prestando apoio a segmentos específicos como idosos, crianças, mendigos e desempregados. A caridade é combatida por parte de ativistas do Terceiro Setor por representar antigas práticas clientelistas, de reprodução da pobreza, tais como a esmola e a acomodação do receptor.

A filantropia, por sua vez, significa amor à humanidade, humanitarismo. Tradicionalmente está relacionada a atividades de pessoas ricas e de importantes organizações econômicas que praticam ações sociais doando recursos para instituições beneficentes. Nos dias atuais, a filantropia tem sido enfatizada sob a forma de doações de particulares para causas sociais, incluindo investimentos sociais de empresas privadas em Responsabilidade

Social Corporativa, mediante a criação de fundações que exercem papel na intermediação de recursos para bancar projetos assistenciais. A filantropia estabelece, portanto, doação de ricos – os que têm – para pobres, os que não têm.

A solidariedade não se constitui nem caridade e nem filantropia, pois, não é ato de doação e, sim, de conquista. A solidariedade é:

- relação entre iguais ou entre sujeitos que têm propósitos comuns;
- atitude política voltada ao desenvolvimento coletivo, mediante processos permanentes de formação e de desenvolvimento social e intelectual dos interessados em determinada causa.

Pela via da solidariedade, exercita-se cidadania, na perspectiva da conquista, da mobilização para a garantia de direitos, o que conduz indivíduos a compromissos com o outro, integrado à comunidade e ao ambiente. A solidariedade exige, portanto, harmonia entre seres humanos, e, desses, com o ambiente. Exige, ainda, autonomia, compromisso mútuo, responsabilidade mútua, dependência coletiva e reciprocidade.

A solidariedade é, assim, objeto estranho e contraditório ao capitalismo, modelo econômico que cultua o individualismo, a ganância, a competição e a concorrência, o que provoca rupturas entre seres humanos e desses com o ambiente. Por essa razão, a solidariedade formal, tutelada por organizações, tem que ser ensinada permanentemente. É válido lembrar, aqui, que essa preocupação com a formação educacional, permanente e contínua, compõe o conjunto dos princípios cooperativistas – não por acaso, já que em um modelo social que premia a competência individual e a capacidade competitiva, o exercício da solidariedade necessariamente se constitui objeto de constante regulação.

## 5. Considerações finais

O resgate de estratégias de exploração do homem pelo homem e de ofensivas à solidariedade ao estilo pré-industrial de vida e de trabalho, empreendidas pelo capital – em sincronia com o Estado – durante o período da Revolução Industrial, conduz à conclusão de que são contraditórios valores solidários e interesses capitalistas. Ainda que se concorde com o fato de que os malefícios da opressão e da exploração já estavam presentes na sociedade britânica em período anterior à Revolução Industrial, conforme registra Laslett (2000) ao fazer referência a John Locke, é importante considerar a qualidade e a extensão do fenômeno. As iniciativas de exploração do trabalho infantil, por exemplo, em prática até meados do Século XVIII, representavam exceção e não regra, muito mais quando se constata que parte das crianças trabalhava para a composição da renda familiar, sem que estivesse presente um sistema de exploração do trabalho humano como processo de escravização ou como mercadoria, o que passa a ocorrer com o advento da Revolução Industrial. Havia, sim, em escala ampla, um conjunto de iniciativas de vida solidária, tanto no campo como em áreas urbanas, conforme descrevem o próprio Laslett (2000) e Malcolmson (1981).

Até meados do Século XVIII, a solidariedade – como ato que envolve dependência e interesses coletivos, reciprocidade e responsabilidade mútua – existia de modo natural, com base na necessidade de coesão social das populações. Em meio à Revolução Industrial, contudo, um outro tipo de solidariedade, tutelada por organizações, passou a ocorrer, agora, como estratégia de resistência de trabalhadores às investidas do capital. É esse o caso do cooperativismo, organização de caráter formal, cujo formato de constituição constitui-se objeto estranho ao modelo concorrencial de economia que privilegia capacidades individuais e competição entre sujeitos, inclusive por postos de trabalho. No instante em que o trabalho se torna mercadoria como outra qualquer, a partir da Revolução Industrial, a condição humana fica submetida a um modelo social em que a competição se naturaliza entre aqueles que vendem e aqueles que compram trabalho, tornando igualmente natural o conflito permanente

em torno de interesses contraditórios entre capitalistas e trabalhadores. O ato cooperativo, portanto, vem se contrapor a essa dinâmica sócio-econômica competitiva em ambiente hostil a tal propósito.

Sob dinâmica societal competitiva e concorrencial, a solidariedade é componente estranho, permanentemente bombardeado por valores opostos e desfavoráveis. Por essa razão, os preceitos cooperativistas contemplam, desde a origem no Século XIX, a necessidade de investimentos na permanente formação dos cooperados, enfatizando a importância de processos educacionais como estratégia válida à promoção do bem-estar individual e coletivo, da justiça e do desenvolvimento social. Da mesma forma que no passado, é oportuno atentar que é na esfera da economia, e não propriamente na educação, que se encontra a raiz dos problemas sociais. Logo, respostas viáveis ao exercício solidário devem ocorrer pela via de transformações na gênese – esfera da economia – e não na adjacência – educação.

Por outro lado, da mesma forma que no passado, não é socialmente justo e politicamente viável assumir posição contrária às iniciativas solidárias, pois, conforme lembra Demo (2002, p. 12):

*Não há como negar a nobreza dessas expectativas e movimento. Concordo com eles irrestritamente no plano dos princípios e da busca de alternativa. Entretanto, o apelo à solidariedade pode esconder, à revelia, efeitos de poder, sobretudo quando provêm do centro do sistema capitalista ou das elites em cada país (...). Usando a teoria crítica do efeito do poder, é possível fazer tentativa de desvelamento da trama de dominação que ferve por trás dos sermões e promessas.*

Na leitura do autor, a solidariedade deve facultar aos marginalizados o confronto com a marginalização, de modo que a sociedade se torne mais justa. Movimentos ambíguos e contraditórios têm e devem se revelar. Por um lado, registra Demo (2002, p. 257), a solidariedade aparece reproduzindo *estruturas recorrentes*, dentre elas, hierarquias prepotentes. Por isso, *não se conhece nenhuma sociedade igual, embora se conheçam expressões igualitárias*. Dialeticamente, a história revela *evolução sinuosa, sobretudo ambígua, que, mesmo mostrando a predominância da relação social desigual, permite expressões solidárias, até porque a solidariedade, em parte, é também traço da natureza humana*.

No cenário não-linear abordado por Demo (2002), merecem ser destacados os seguintes pontos: o que mais se vê é prepotência, não solidariedade; grande parte das manifestações solidárias está vinculada a interesses próprios; é possível, sim, construir sociedades alternativas, desde que não se dispense seu encaixe dialético não linear, ambíguo e ambivalente, o que, ao final, evitaria incidir em efeitos do poder; do ponto de vista dialético, não cabe ver a prepotência como estrutura implacável, porque o fenômeno do poder se assemelha à areia movediça; se o igualitarismo está sempre em risco, também está em risco a estrutura de poder, porque nenhum poder consegue ser linear de cima para baixo sem deixar espaços por onde podem fluir alternativas; embora o interesse próprio oriente parte significativa das relações sociais, não se pode reduzir tudo a isso, já que o altruísmo é menos a eliminação do auto-interesse do que a sua administração alternativa; sociedade solidária não é aquela que se torna *boazinha*, mas, aquela que distingue solidariedade como direito de emancipação dos outros e solidariedade como efeito de poder.

Há risco, também, entre aqueles que optam pela solidariedade. Na qualidade de relação política, a opção solidária pode se fechar em si mesma, tornando sujeitos solidários em:

*povo eleito contra tudo e contra todos. Assim como não é difícil detectar auto-interesse na solidariedade de cima para baixo, é sempre possível medrar o auto-interesse nos grupos que se unem solidariamente para lutar contra a opressão. Enquanto combatem a opressão de fora podem evoluir para configuração de grupos não menos opressores. A competitividade que se combate nos adversários pode vir a ser o signo de nossa própria organização, quando já queremos tudo só para nós. (DEMO, 2002, p; 260).*

A solidariedade manifesta por Demo (p. 261), e que é aqui defendida, envolve consciência política acerca do contexto, de desafios e potencialidades do espaço, sob relações democráticas e autônomas entre sujeitos. Além disso, requer suficiente autocritica para que não se caia em posturas colonialistas e de dominação via recados e discursos prepotentes e/ou apelativos. Exige, portanto, o não alinhamento subalterno do outro, viabilizando condições para que ele possa comandar a própria emancipação. Trata-se de relação social que demanda qualidade política em que marginalizados precisam preferir o risco do confronto à tranquilidade ilusória das ajudas e assistencialismos, pois, *solidariedade não é entrega, perda de identidade, conformismo, mas, negociação interminável de coisas negociáveis e não negociáveis*. A formação política, portanto, deve ser enfatizada, diferentemente de propostas que privilegiam a capacitação técnica para a produção, perspectiva que reduz a solidariedade a processo imbecilizante (DEMO, 2004) e que, portanto, não contribui para a constituição de uma sociedade socialmente justa e legitimamente democrática.

No caso da economia solidária é pertinente indagar: como compartilhar valores solidários sob modelo econômico essencialmente competitivo e concorrencial? Movimentos contraditórios, resistências e incompreensões, dentre outros desafios, estarão compondo o universo de trabalhadores solidários tanto no plano organizacional interno, em interações intersubjetivas de produção e de gestão, quanto externamente, em transações sociais e econômicas com o mercado concorrencial capitalista.

Os ideais do ato cooperativo, que desde o Século XIX têm suporte no socialismo utópico, podem, contemporaneamente, caminhar para distorções no escopo original pela via de uma variedade de inovações organizacionais a partir das quais o capitalismo dissemina prêmios eventuais, ao tempo em que o individualismo se sedimenta como crença, inclusive entre não detentores de propriedade (GATRELL, 1970). É ilustrativo, nesse ponto, o movimento atual em torno da economia solidária, disseminador de alternativas organizacionais de trabalho, não raro, sob condições limitadas de promoção da inserção e da coesão social no instante em que privilegia a formação técnica para a produção e para o mercado competitivo, destinando reduzida atenção à formação política para o confronto com a realidade social injusta e desigual. De outra forma, parte das iniciativas solidárias de trabalho – como é o caso daquela narrada por Ferreira (2000) acerca de experiências do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – são, na arena política, conquistas sociais alcançadas pela via de movimentos de resistência e de retomada gradativa de consciência do homem em torno das condições gerais do ambiente e da necessidade de se retomar princípios humanos da vida associada.

## REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002 (Coleção Prospectiva).

ENGELS, F. **Socialism: utopian and scientific**. 5. ed. Londres: Allen and Unwin, 1920.

ENGELS, F. **The condition of the worker class in England**. Londres: Panther Books, 1969.

FERRREIRA, E. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. de. **A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

GATRELL, V. A. C. **Robert Owen: Report to the County of Lanark; A New View of Society**. Middlesex (Reino Unido): Penguin Books, 1970

HOBSBAWM, E. **Industry and Empire: the birth of the Industrial Revolution (rev)**. Nova York: New Press, 1999.

JACKMAN, S. W. **The English reform tradition 1790-1910**. New Jersey: Prentice-Hall, 1965.

LASLETT, P. **The world we have lost: further explored**. Londres: Routledge, 2000.

MALCOLMSON, R. W. **Life and labour in England 1700-1780**. Londres: Hutchinson, 1981.

MARX, K. **Capital: a critique of political economy** (vol. 1). Harmondsworth (Reino Unido): Penguin Books, 1976.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto of the Communist Party**. Londres: Martin Lawrence, 1934.

MINGAY, G. E. **English landed society in the eighteenth century**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1963.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 4. ed. Rio de Janeiro: 2000.

POLLARD, S. **The genesis of the modern management: a study of the Industrial Revolution in Great Britain**. Harmondsworth (Reino Unido): Penguin Books. 1968.

SINGER, P; SOUZA, A. R. de. **A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SINGER, P. Um olhar diferente sobre a economia solidária (Prefácio). In: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

THOMAS, K. **Religion and the decline of magic: studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century in England**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1971.

TONYBEE, A. **Lectures on the Industrial Revolution in England: popular address, notes and other fragments**. Londres: Rivingtons Waterloo Place, 1894.